

**Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e
Participações S.A.**

Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Conteúdo

Balanços patrimoniais	03
Demonstrações de resultados	04
Demonstrações de resultados abrangentes	05
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	06
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	07
Notas explicativas às demonstrações financeiras	08

Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e Participações S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativos	Nota	2021	2020	Passivos	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	297	130				
Contas a receber		1.634.204		Obrigações trabalhistas e sociais		7.985	8.987
Debentures		-	50.585	Obrigações fiscais e tributárias	11	254.954	344.547
Impostos a recuperar		178.752	174.659	Empréstimos e financiamentos		20.176	7.167
Outros créditos		2.190	5.000	Outras contas a pagar	12	535.118	5.750
Total do ativo circulante		1.815.443	230.373	Total do passivo circulante		818.233	366.452
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	1.103.691	Total do passivo não circulante		-	-
Depósitos Judiciais - Recursos Trabalhistas		20.311	20.311				
Aplicações Financeiras LP		-	300.938	Patrimônio líquido			
Investimentos- Outros		-	28.756	Capital social	15	1.650.000	1.650.000
Imobilizado	9	207.541	39.200	Ajuste Avaliação Patrimonial		(101.988)	(101.988)
Intangível	10	24.066	16.070	Reservas de lucros		59.508	59.508
Total do ativo não circulante		251.918	1.508.966	Resultado de Exercícios Anteriores		(234.632)	(234.632)
Total do ativo		2.067.361	1.739.339	Resultado do período		(123.760)	-
				Total do patrimônio líquido		1.249.128	1.372.888
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.067.361	1.739.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e Participações S/A
Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020
(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	17	196.226	53.176
Custo dos serviços prestados	18	(343.799)	(135.882)
Lucro Bruto		(147.573)	(82.707)
Despesas administrativas e gerais	19	(140.567)	(75.698)
Outras receitas (despesas) Operacionais	20	243.569	(46.184)
Outras receitas (despesas) não operacionais	21	44	(5.604)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(44.527)	(210.191)
Receitas financeiras		11.383	1.242
Despesas financeiras		(90.615)	(25.683)
Resultado financeiro líquido	22	(79.233)	(24.441)
Lucro antes dos impostos		(123.760)	(234.632)
Imposto de renda e contribuição social			
Lucro líquido do exercício		(123.760)	(234.632)
Resultado por ação - Básico (em R\$)		(0,0750)	(0,1422)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e Participações S/A
Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Lucro(prejuízo) líquido do exercício	(123.760)	(234.632)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(123.760)	(234.632)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e Participações S/A
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020
(Em Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	<u>Reserva de lucros</u>			Total
					Lucro/ Prejuízos acumulados	Prejuízo do Exercício	Ajuste Avaliação Patrimonial	
Saldo em 1º de janeiro de 2019		1.650.000	38.015	48.966	(0)	(173.347)	-	1.563.634
Lucro líquido do exercício					429.855			429.855
Destinação para distribuição de dividendos				(48.966)	48.966			-
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva			21.493		(21.493)			-
Dividendo mínimo obrigatório					(285.632)			(285.632)
Ajuste Avaliação Patrimonial					1.651			1.651
Absorção de prejuízo de 2018					(173.347)	173.347		-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		1.650.000	59.508	0	(0)	-	-	1.709.508
Saldo em 1º de janeiro de 2020		1.650.000	59.508	0	(0)	-	-	1.709.508
Lucro (prejuízo) líquido do exercício					(234.632)		-	(234.632)
Ajuste Avaliação Patrimonial							(101.988)	(101.988)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.650.000	59.508	0	(234.632)	-	(101.988)	1.372.888
Saldo em 1º de janeiro de 2021		1.650.000	59.508	0	(234.632)	-	(101.988)	1.372.888
Lucro (prejuízo) líquido do exercício						(123.760)	-	(123.760)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.650.000	59.508	0	(234.632)	(123.760)	(101.988)	1.249.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e Participações S/A
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<u>(123.760)</u>	<u>(234.632)</u>
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	36.713	37.931
Receita Financeira	(11.383)	(1.242)
Despesas Financeiras	90.615	25.683
Lucro líquido Ajustado	<u>(7.814)</u>	<u>(172.260)</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em Impostos a recuperar	(4.093)	(5.431)
(Aumento) Redução em Outros créditos	2.810	850
(Aumento) Redução de Contas a receber de partes relacionadas	1.103.691	1.131.234
(Aumento) Redução em Contas a receber de clientes	(1.634.204)	-
(Aumento) aplicações financeiras LP	300.938	(144.215)
(Aumento) Redução Debentures	50.585	(50.585)
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais e Tributárias	(89.593)	(121.185)
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas e Sociais	(1.002)	(2.859)
Aumento (Redução) em Outras contas a pagar	529.367	1.380
Aumento (Redução) Outros Créditos LP	-	38.855
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>258.500</u>	<u>848.043</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(Aquisição) Baixa de Outros Investimentos	28.756	(28.756)
(Aquisição) Baixa de imobilizado	(168.342)	16.478
(Aquisição) baixa de intangível	(7.996)	169.182
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(147.582)</u>	<u>156.904</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos Outras Instituições	(55.875)	(261.953)
Pagamento de Dividendos	-	(1.479)
Empréstimos tomados com partes relacionadas	188.013	12.581
Pagamento empréstimos tomados com partes relacionadas	(303.958)	(687.848)
Empréstimo Tomado Outras Instituições	68.884	104.759
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>(102.937)</u>	<u>(833.939)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>167</u>	<u>(1.252)</u>
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	130	1.381
No fim do exercício	297	130
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>167</u>	<u>(1.252)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Cartos Meios de Pagamento, Consultoria e Participações S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, regida por Estatuto Social e demais dispositivos da legislação brasileira, está inscrita sob o CNPJ de nº 11.469.083/0001-89, e na Junta Comercial do Ceará - JUCEC. Sob NIRE 23300029321. A Companhia é domiciliada no Brasil, situada na Avenida AV Brigadeiro Faria Lima nº 3477, 08 andar, Torre B, conjunto 82, edifício Pátio Victor Malzoni, em São Paulo – SP.

A entidade foi constituída em 14 de janeiro de 2010, tendo como principal atividade a atuação como arranjo de pagamento de transferência, com conta de pagamento pré-paga e para uso doméstico, incluindo a prestação de serviços de gestão de moeda eletrônica depositada em conta de pagamento, na forma de carteira digital, inclusive para aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento, transferência originada de ou destinada à conta de pagamento, execução de remessa de fundos e conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica ou vice-versa.

A base legislativa para a exploração de sua principal atividade é a Lei nº 12.865/2013 e as Circulares nºs 3.680/2013, 3.681/2013 e 3.682/2013 do Banco Central do Brasil. Não obstante a regulamentação do setor das empresas de meios eletrônicos de pagamentos pelo Banco Central do Brasil, a Companhia não se enquadra na definição de instituição financeira, nos termos da Lei nº 4.595/1964. Por essa razão, os produtos financeiros oferecidos em sua plataforma digital são disponibilizados por parceiros, legalmente autorizados à sua prestação e ao oferecimento ao público, agindo a Companhia como mera correspondente bancária de referidas instituições.

Em sua gestão, estão observadas as disposições contidas em Estatuto Social e nas decisões e atos normativos (atas) aprovados por sua administração.

1.1 Da operação

A Cartos tornou-se uma Plataforma Digital de Créditos para pessoas físicas e jurídicas, que através de Conta Digital podem contratar linhas de créditos vinculados ao Programa de Participação nos Resultados (PPR), solicitar transferências bancárias para instituições financeiras e pagamentos de contas de consumo, tributos e boletos.

Após a homologação do Programa de Participação nos Resultados (PPR) por uma Pessoa Jurídica, a Cartos firma convênio com a empresa e aborda os funcionários, oferecendo a possibilidade de linhas de créditos, opcionais, cujas liquidações ocorrerão através do pagamento futuro do PPR, desde que este tenha atingido as metas estabelecidas e tenha participação de resultados provisionada para pagamento pela Pessoa Jurídica empregadora, com periodicidade anual ou semestral.

As pessoas físicas que optam por aderir às linhas de créditos vinculadas ao PPR, devem abrir a Conta Digital Cartos, disponibilizada através da página na internet e aplicativo disponível nos principais sistemas operacionais para telefones móveis.

Após análise de crédito dos valores, são disponibilizadas linhas de créditos na Conta Digital, que podem ser solicitadas por meio de Cédula de Crédito Bancário, emitidas por Cartos Sociedade de Crédito Direto S. A. (CNPJ: 21.332.862/0001-91).

Do ponto de vista documental, a Cartos firma contrato com a Pessoa Física (empregado de uma pessoa jurídica), sendo que neste documento, seu empregador dá ciência sobre a autorização para poder passar à Cartos as informações sobre os valores de PPR que este tem a receber anual ou semestral, bem como de sua obrigação de reter e liquidar o montante do PPR, equivalente ao saldo devedor do empréstimo contratado pela pessoa física, através da Conta Digital Cartos.

Para pessoas jurídicas, a Conta Digital Cartos é oferecida, mediante depósito prévio de valores, com os serviços de transferências e pagamentos.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de janeiro de 2022.

3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas com valores em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para a centena mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual e vida útil dos bens do ativo imobilizado, definição de propriedades para investimento, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

Toda receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. As receitas de serviços prestados ao portador são registradas na forma de taxas de saque ou taxas administrativas, no momento em que ocorre a prestação de serviço.

A receita de ativos financeiros de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre contas a receber e mútuos com partes relacionadas, rendimentos de aplicações financeiras e descontos obtidos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, multas e juros pagos, IOF e tarifas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificações em dinheiro ou participação nos programas de resultados de curto prazo. A participação nos programas de resultados é reconhecida no resultado como custos e despesas operacionais.

d. Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais e reconhecidos em tributos sobre o lucro.

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 anuais, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos

f. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

Adicionalmente, classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada,

cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não exceda ao valor de mercado.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) *Passivos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamento de capital de giro.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e são restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos, financiamentos, fornecedores, contas a pagar e contratos de swap.

(v) Capital social

O capital social é composto de ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

h. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

i. Provisões

Provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando se espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações financeiras, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente, legal ou não, e formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

k. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas das respectivas transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

7 Caixa e equivalentes a caixa

	2021	2020
Caixa	-	-
Bancos conta movimento		130
Contas a receber intercompany	297	-
	<u>297</u>	<u>130</u>

Os saldos de depósitos bancários e contas a receber intercompany têm a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, por esse motivo foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

8 Transações com partes relacionadas

Transações ativas	2021	2020
José Paulo de Castro Emsenhuber		367.881
Henrique de Souza e Silva Pereto		367.930
Guilherme Gurgel de Oliveira Macedo		367.880
	<u>0</u>	<u>1.103.691</u>

9 Imobilizado

Movimentação do Imobilizado

Custo	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Máquinas Aparelhos e Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	49.998	97.561	7.661	155.220
Saldo em 31 de dezembro de 2020	49.998	97.561	7.661	155.220
Baixas	-	(9.440)	-	(9.440)
Aquisição	200.697	-	-	200.697
Saldo em 31 de dezembro de 2021	250.695	88.121	7.661	346.477

Depreciação	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Máquinas Aparelhos e Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.232	60.909	3.402	99.543
Depreciação	7.130	8.620	729	16.478
Saldo em 31 de dezembro de 2020	42.362	69.529	4.131	116.021
Depreciação	5.141	8.685	12.384	26.210
Baixa	-	(3.294)	-	(3.294)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	47.503	74.920	16.515	138.937
Saldo no Balanço em 31/12/2020	7.637	28.033	3.530	39.200
Saldo do Balanço em 31/12/2021	203.193	13.202	(8.854)	207.541

10 Intangível

Movimentação do intangível

Custo	Programas e software	Marcas e Patentes	Total
Saldo em 31/ de dezembro de 2019	736.937	5.285	742.222
baixa por venda	(147.728)	-	147.728
Saldo em 31 de dezembro de 2020	589.209	5.285	594.494
Aquisição	18.500	-	18.500
Saldo em 31 de dezembro de 2021	607.709	5.285	612.994

Amortização	Programas e software	Marcas e Patentes	Total
Saldo em 31/ de dezembro de 2019	556.970	-	556.970
Amortização	21.454	-	21.454
Saldo em 31 de dezembro de 2020	578.424	-	578.424
Amortização	10.504	-	10.504
Saldo em 31 de dezembro de 2021	588.928	-	588.928
Saldo no Balanço em 31/12/2020	10.785	5.285	16.070
Saldo do Balanço em 31/12/2021	18.781	5.285	24.066

11 Obrigações Fiscais e Tributárias

	2021	2020
Programa.Espec.Regularização Tributária	48.035	106.851
Cofins a recolher	66.996	64.547
Pis a recolher	11.075	10.562
ISS a Recolher	1.152	250
IRPJ a Recolher	65.119	65.118
CSLL a Recolher	19.124	19.124
Pis Parcelamento administrativo	6.063	10.914
Cofins parcelamento administrativo	37.323	67.181
IRRF a recolher	10	-
Contribuições retidas a recolher	57	-
	<u>254.954</u>	<u>344.547</u>

12 Outras Contas a Pagar

	2021	2020
Fornecedores	500	2248
Contas a pagar - ECS	530.712	-
Contas a pagar Intercompany	3.906	3502
	<u>535.118</u>	<u>5750</u>

13 Provisão para contingências

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não foram identificadas contingências fiscais, tributárias, trabalhistas e outros, cuja probabilidade de perda seja provável ou possível, com isso não há valores passíveis de provisionamento até 31 de dezembro de 2021 e 2020.

14 Cobertura de Seguros

A Companhia não adota a política de contratar cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 permaneceu inalterado de 1.650.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto.

	Quantidade de ações	
	2021	2020
José Paulo de Castro Emsenhuber	550.000	550.000
Henrique de Souza e Silva Pereto	550.000	550.000
Guilherme Gurgel de Oliveira Macedo	550.000	550.000
	1.650.000	1.650.000

b. Reservas de lucros

Por se tratar de uma sociedade anônima, a Companhia está obrigada a constituir uma reserva legal anualmente a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25% a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.

16 Instrumentos financeiros

a. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão identificados a seguir:

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros não derivativos				
Caixa e equivalentes de caixa	297	297	130	130
Contas a receber de clientes			-	-
Debentures – Aplicação em renda fixa	-	-	50.585	50.585
Outros créditos	2.190	2.190	5.000	5.000
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	20.176	20.176	7.167	7.167

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja (ii));
- Risco de liquidez (veja (iii); e
- Risco de mercado (veja (iv)).

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar

os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Para maiores detalhes sobre concentração de receita, (veja nota explicativa 9(c)).

Em 31 de dezembro de 2021, mais de 90% dos clientes da Companhia vêm operando por mais de 5 anos, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - Tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - Irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

c. Risco operacional

A Cartos é uma administradora de cartões crédito, conforme previsto no artigo 3º do estatuto social. Embora a Companhia ainda não tenha emitido cartões de crédito para utilização em redes comerciais, por uma questão de viabilidade econômico e financeira, o contrato de adesão ao cartão permite que a Companhia faça a intermediação de linhas de crédito para seus usuários. A operacionalização do crédito destas linhas ocorre através transferência eletrônica disponível (TED) em “contas correntes” ou em “contas poupanças” informadas por seus usuários. Este sistema operacional de depósito em conta corrente é prática deste mercado, sendo utilizado por outras administradoras de cartão de crédito.

A intermediação de linhas de crédito está condicionada ao recebimento da informação da performance do funcionário para participação de resultados que os usuários do cartão (funcionários das empresas) receberão anual ou semestralmente. Este recebimento da informação baseia-se numa troca de arquivos (*upload*) em sistema da Companhia, compatível ao sistema do empregador dos usuários do cartão.

No termo eletrônico de adesão ao cartão constam os dados das contas correntes, cujos créditos dos empréstimos/saques são realizados. Estes termos são preenchidos de maneira eletrônica no site da Companhia.

d. Risco de taxa de câmbio

Riscos relacionados aos financiamentos em moeda estrangeira

Os resultados da Companhia são suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente euro e dólar, decorrentes de empréstimo para capital de giro.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e

passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap.

17 Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita bruta de prestação de serviços	252.289	61.907
(-) Impostos incidentes sobre serviços	<u>(56.063)</u>	<u>(8.731)</u>
Receita operacional líquida	<u>196.226</u>	<u>53.176</u>

18 Custo dos serviços prestados

	2021	2020
Amortização	10.504	21.454
(-) Crédito de COFINS/PIS sobre amortização	<u>(5.747)</u>	<u>(3.694)</u>
Manutenção Sistemas	62.328	304
Pessoal Operacional	<u>276.714</u>	<u>117.818</u>
Total Custos Serviços Prestados	<u>343.799</u>	<u>135.882</u>

19 Despesas administrativas e gerais

	2021	2020
Assessoria Jurídica	1.119	600
Pessoal Especializado	3.351	-
Prejuízos em operações	-	1.157
Despesas de aluguel e condominio	97.464	40.101
(-) Credito de cofins e pis s/ aluguel	<u>(718)</u>	<u>-</u>
Depreciações administrativas	26.209	16.478
Crédito de COFINS/PIS sobre depreciação	-	<u>(1.417)</u>
Despesas de Energia	10.916	17.953
Telecomunicação	416	801
Prejuizos em operações	5.000	-
(-) Credito de cofins e pis s/ aluguel	<u>(718)</u>	<u>-</u>
(-) Credito de cofins e pis s/ aluguel	<u>(3.190)</u>	<u>-</u>
Despesas Postais	<u>-</u>	<u>25</u>
Total	<u>139.849</u>	<u>75.698</u>

20 Outras receitas (despesas) operacionais

	2021	2020
Antecipação de recebíveis	279.480	-
Correção Garantia Locatícia	-	625
Mora na liquidação de serviços	367	433
Receitas com Aluguel pos	40.567	-
Receita Interchange pos	22.821	-
Juros Selic	9	-
(-) Outras despesas administrativas	(99.675)	(47.242)
Total	243.569	(46.184)

21 Outras receitas (despesas) não operacionais

	2021	2020
(-) Perda na alienação de ativos		(5.504)
Outras receitas não operacionais	4.000	-
(-) Perdas de Imobilizado por Obsolescência	(4.430)	
Ganho na venda de bens	474	-
Total	44	(5.504)

22 Resultado financeiro

	2020	2019
Rendimentos de aplicações financeiras	11.383	1.242
Variação Cambial Ativa	-	-
Variação Swap Ativa	-	-
Receitas financeiras	11.383	1.242
Juros s/empréstimo conta garantida	(6.011)	(3.564)
Juros s/empréstimo conta corrente	(52)	(36)
Tarifas bancárias	(9.626)	(9.055)
Correção S/ empréstimos conta garantida	-	(353)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(12.582)
I.O.F.	(2.278)	((93)
Despesas c/antecipação de recebíveis	(69.388)	-
Perdas em aplicação de fundo de investimentos	(3.260)	-
Despesas financeiras	(90.615)	(25.683)
Resultado financeiro líquido	(79.233)	(24.441)

Composição da diretoria

Henrique Souza e Silva Peretto - Diretor Presidente e Financeiro

Guilherme Gurgel de Oliveira Macedo – Diretor Administrativo

Yim Kyu Lee – Diretor de Tecnologia

André Felipe Maia – Diretor Comercial

Henrique Funari Neto – Diretor Jurídico

Responsável Técnico

Keylla Regina de Oliveira Maia
Contadora CRC-CE nº 024058-O